

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.500 - PE (2019/0200306-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO E OUTRO(S) - PE019357  
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS - PE028240  
KAMYLLA VIEIRA DINIZ - PE038876  
KARINNE ALVES DE LUCENA DUARTE - PE036701  
ANNA KATARINA COLARES DAVID DE ALENCAR - PE039060  
NAYRENNE VICTORYA SOUZA OLIVEIRA - PE048244  
  
**RECORRIDO** : MARIA RAIMUNDA DE LIMA FERREIRA  
**RECORRIDO** : MARIA CELIA DE OLIVEIRA  
**RECORRIDO** : MARIA JOSE DE SOUZA  
**RECORRIDO** : MARIA DIRCE DE OLIVEIRA AQUINO  
**RECORRIDO** : MARIA DA CONCEIÇÃO  
**RECORRIDO** : MARIA DO CEU SILVA SANTOS  
**RECORRIDO** : MARIA DO SOCORRO SANTOS  
**RECORRIDO** : MOISES PEREIRA DA SILVA  
**RECORRIDO** : MARIA AUXILIADORA DA SILVA COSTA  
**RECORRIDO** : MARIA BERNADETE DA SILVA NASCIMENTO  
**RECORRIDO** : MARIA DE FATIMA TENORIO DA COSTA  
**RECORRIDO** : MANOEL JOSE DA SILVA  
**RECORRIDO** : MARIA ISABEL DE MORAIS  
**RECORRIDO** : MOZENITE MARIA DA SILVA LIMA  
**RECORRIDO** : MARIA DAS DORES DA SILVA  
**RECORRIDO** : MARIA DE FATIMA GOMES CESAR  
**RECORRIDO** : OLIVIA MELQUIADES DE JESUS  
**RECORRIDO** : PAULO DELANO LUNA  
**RECORRIDO** : QUITERIA APRIGIO DA SILVA  
**RECORRIDO** : QUITERIA FERREIRA DA SILVA  
**RECORRIDO** : QUITERIA MARQUES DA SILVA CESAR  
**RECORRIDO** : RENATO BEZERRA DE ARAUJO  
**ADVOGADOS** : ROBSON ALVES FREITAS - PE029613  
RICARDO JOSÉ PARMERA SELVA - PE031286  
CARLOS HENRIQUE LAURINDO DA SILVA - PE027718  
REBECA DINIZ DE AZEVEDO MELLO E OUTRO(S) - PE036819

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO.  
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SFH. MULTA DECENDIAL.  
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. POSSIBILIDADE.  
PRECEDENTES. CONDICIONAMENTO A LIBERAÇÃO DA

VERBA INDENIZATÓRIA REMANESCENTE.  
IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NEGADO  
PROVIMENTO.

1. No que se refere a multa decencial, o Tribunal de Justiça de Pernambuco pacificou o entendimento a validade desta sanção com a edição da Súmula nº 101/TJPE (É válida a multa decencial prevista no contrato de seguro habitacional para o atraso da indenização, limitada ao valor da obrigação principal)
2. Ademais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a multa decencial é devida aos mutuários, e não ao agente financeiro. Outrossim, consigne-se que o cálculo da multa decencial deve ser realizado com base no valor da obrigação principal corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora, conforme jurisprudência pacífica deste Tribunal.
3. Saliente-se que, conforme dispõe o art. 772, do Código Civil, o segurador responderá pela sua mora em pagar a indenização, atualizando-a monetariamente, sem prejuízo da incidência dos juros moratórios.
4. Ora, a seguradora agravante teve ciência da pretensão dos agravados quando do aviso de sinistro entregue ao estipulante, ou ao menos com a citação. Do mesmo modo, teve conhecimento dos valores devidos a cada um dos autores com a realização dos orçamentos analíticos.
5. Assim, a multa é devida ao segurado por ser ele o prejudicado pelo não cumprimento do contrato de seguro, sendo que a multa decencial, como espécie de cláusula penal moratória, visa exatamente ressarcir os danos provocados pela mora.
6. Ademais, a multa decencial é devida, mas não pode exceder o valor da obrigação principal, nos termos do art. 412, do CC, de modo que tal importância não poderá ultrapassar a indenização securitária devida a cada um dos autores e, conforme afirmou o MM juiz, “a limitação do valor da multa é, tão somente, da obrigação principal, não sendo limitada por quaisquer outros critérios.”
7. No que se refere ao segundo pedido do presente agravo de instrumento, qual seja, condicionamento da reforma dos imóveis para a liberação do saldo remanescente sob pena de enriquecimento ilícito, o presente pedido não merece prosperar. Ora, o pedido dos autores, ora agravados, se fundamentou no vício de construção e o cálculo de indenização se deu em virtude das avarias constatadas nos imóveis.

Assim, não há como argumentar que a parte agravada irá enriquecer ilicitamente com a indenização.

8. Ademais, o presente pedido elaborado nesta fase processual ao condicionar o recebimento da indenização devida, inclusive transitada em julgado, à comprovação da efetiva reforma se mostra incabível, tendo em vista que a sentença não condicionou o recebimento da indenização a qualquer condicionante.

9. Recurso conhecido e negado provimento.

Nas razões de recurso especial, alega a ora agravante que o acórdão recorrido, ao permitir a incidência de juros sobre a multa decendial, violou os artigos 412 e 413 do Código Civil. Alega, também, a ilegitimidade passiva da seguradora recorrente e a competência da Justiça Federal para o julgamento do feito, além de divergência jurisprudencial

De início, observo que, em relação à ilegitimidade passiva da seguradora e à competência da Justiça Federal, é manifesta a incidência da Súmula 282/STF, pois não houve, na origem, debate sobre os temas, tampouco opostos embargos de declaração para que o tribunal local sobre eles se manifestasse.

Por outro lado, merece reforma o acórdão recorrido no ponto em que consignou "que o cálculo da multa decendial deve ser realizado com base no valor da obrigação principal corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora, conforme jurisprudência pacífica deste Tribunal" (fl. 267/e-STJ).

Isso porque o entendimento do Tribunal de origem diverge do desta Corte, segundo o qual "a multa decendial está limitada ao valor da condenação principal, excluídos, portanto, a correção monetária e os juros moratórios" (AgInt no AREsp 1343101/RS, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10.12.2018, DJe 19.12.2018). No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. MULTA DECENDIAL LIMITADA AO VALOR DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O atraso no pagamento da indenização securitária, em contratos de

seguro habitacional vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação, enseja o pagamento de multa decendial, limitada ao valor da obrigação principal. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1552094/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 14/02/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. MULTA DECENDIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. MULTA DECENDIAL QUE SE LIMITA AO VALOR DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL, SEM O ACRÉSCIMO DE JUROS. ACÓRDÃO RECORRIDO PROFERIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES SUPERIOR TRIBUNAL. SÚMULA 83/STJ.

1. Ausência de violação do art. 535 do CPC/73 quando o acórdão recorrido aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.

2. A ausência de manifestação do acórdão recorrido acerca de dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial. Súmula 211/STJ.

3. Segundo a jurisprudência deste Superior Tribunal, a multa decendial no seguro habitacional é devida, limitada ao valor da obrigação principal, sem o acréscimo de juros, nos termos do art. 412 do CC.

4. Acórdão recorrido proferido em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal. Súmula 83/STJ.

5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1393789/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 19/06/2017)

Em face do exposto, dou provimento, em parte, ao recurso especial, para excluir do cômputo da multa decendial a incidência de juros de mora e correção monetária.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora